# Qual é a regra? - 13/07/2024

\_Pretende mostrar uma abordagem de como se constrói uma regra\*\*[i]\*\*\_  
  
Gostaríamos de tratar da questão das regras sob um enfoque  
wittgensteiniano[ii], na medida em que toma uma regra como algo indeterminado.  
Ora, regra é “aquilo que regula, dirige, rege”[iii]. Nesse sentido, regra é  
uma metadefinição, pois uma regra precisa ser explicitada. Uma regra é uma  
generalização e, nesse sentido, praticamente impossível de atender todos os  
casos e sujeita a interpretação, inicialmente.  
  
Dizer que fulano entende uma regra é dizer que fulano aplica a regra  
satisfatoriamente até aquele momento, mas não que ele vai sempre aplicar a  
regra de acordo com o que cicrano poderia tolerar. É que fulano pode ter  
entendido uma regra (regra específica um: RE1) de um modo RF que, nos casos  
aplicados até o momento, converge com o que entende cicrano, pelo modo RC. Mas  
nada impede que haja alguma aplicação de RE1 por uma regra RF que seja  
incongruente com RC.  
  
Fica a questão de saber se RE1 pode ser igual a RF ou RC ou se RE1 é uma  
utopia. E isso só se dá na prática. Porque não se pode saber o que queria  
fulano na aplicação número 127 da regra, isto é, RF127 pode não coadunar com  
uma interpretação RCx de cicrano. Mas, até a aplicação RF126, RF era igual a  
RE1 e igual a RC (x – 1), não se podendo determinar ao certo esse x, o que  
inviabilizaria totalmente qualquer comunicação baseada em regras interpretadas  
por fulano ou cicrano. Se esse é o caso, essa possibilidade deve ser  
\_rejeitada\_.  
  
Antes de mais nada, por que isso ocorre? Sem dúvida, porque cada palavra ou  
sentença que compõe a regra pode ter mais de um significado. Se o significado  
não está atrelado a algo mostrável, que se possa dizer: “o significado dessa  
regra é aquilo”, tem-se esse problema. Uma palavra não tem ligação lógica com  
seu significado[iv].  
  
Isso posto, a única garantia é a linguagem comum, partilhada, e não um suposto  
entendimento de regras, ainda mais regras ancoradas em um pensamento interno,  
em uma linguagem privada. Pois por ela, nem mesmo o próprio sujeito teria um  
critério que determinasse o uso da regra, já que uma identidade interna seria  
duvidosa. Como ter certeza de que a dor de barriga que sinto agora é  
exatamente igual à que senti semana passada? Cai por terra o papel normativo  
de uma regra e condena-se o uso de qualquer linguagem, mas ainda assim  
continuamos nos comunicando[v].  
  
Estamos no campo do suposto paradoxo do cético, mas ele não abandona a prática  
porque sabe que a linguagem é algo que funciona. Antes de haver fatos que  
legitimem as intenções há condições para uso da linguagem, ou seja, mantém-se  
o problema cético e soluciona-se a questão de outra forma[vi]. Se não há  
condição de verdade para a regra (ceticismo), não há um referencial interno  
(estado psicológico, comportamento), há o referencial da comunidade. A via de  
normatividade da regra passa para o uso público da linguagem, quando a regra é  
usada reiterada vezes em um acordo, no jogo de linguagem e agindo em acordo  
com a regra. Assim o julgamento de aderência sai do privado para o público,  
vai para um padrão de uso[vii].  
  
Mas o fato de eu não saber se a dor que sinto é a mesma faz com que  
possivelmente eu não tenha nenhum tipo de parâmetro de como proceder. Mas  
temos porque sabemos que uma dor em determinada região até uma escala  
presumivelmente suportável irá passar ou tomamos o remédio “X” que já tomamos  
outra vez para sua cura. A causa específica fica por conta do médico. Ainda  
assim, não há critério garantidor, a não ser experiências passadas que se  
valem da memória.  
  
Aqui surge um ponto que Nara traz da análise de Kripke que é fundamental:  
concluímos que uma regra privada não tem critério porque ele seria um critério  
de si mesmo e, nesse caso, sempre aderente, mas não poderia ocorrer o mesmo  
com uma regra pública? A questão cética volta porque não haveria critérios  
finitos para estabelecimento da regra e ela poderia ser interpretada de  
diversas formas. \_O problema é que queremos justificar o uso de uma regra pelo  
próprio uso da regra\_. Mas é exatamente porque uma regra não é algo separado e  
sim dependente do uso que se faz necessário recorrer ao acordo público.  
  
Fica a questão de se uma regra deve ter um referencial, do ponto de vista  
cético, ou se basta que seja algo do uso prático, contingente.  
  
Entretanto, o ponto de vista de Wittgenstein não é o de aderir a teses  
fundantes, mas mostrar que a linguagem é um jogo e que requer treino para o  
entendimento. Não se comprova algo de maneira irredutível, mas dependemos de  
testes recorrentes e situações que tendam para um uso comum e esse uso é a  
regra, dentro de cada contexto. Mesmo a palavra regra pode ter um uso  
diferente nos vários jogos de linguagem, cabendo explicitação do seu  
significado em cada um deles. Regra, então, não é um conceito, já que não pode  
ter um limite estabelecido, mas uma função normativa naquele jogo em que ela  
se caracteriza, conforme Nara. E que permite justificar o uso de determinadas  
palavras em um jogo, recorrendo a frequência de uso e generalização. E essa  
justificação é contingente, porém, uma vez estabelecida a regra, não haverá  
margem para interpretação.  
  
   
  
\* \* \*  
  
[i] Seguimos na primeira leitura de: FIGUEIREDO, N. M. \_Estudo sobre regras e  
linguagem privada. A divergência de interpretações sobre a noção de regra nas  
Investigações Filosóficas\_. 2009. Dissertação FFLCH/USP.  
  
[ii] Kripkenstein.  
  
[iii] Oxford Languages  
  
[iv] Nara, pg. 49.  
  
[v] Idem, pg. 51  
  
[vi] Conforme Nara, sobre Kripke, não que ele faça uma exegese, mas  
comentários.  
  
[vii] Interessante a colocação de Nara de quando Wittgenstein nega a linguagem  
privada ele nega o uso de seguir uma regra privadamente.